

A Percepção Identitária dos Apinayé Como Suporte Para a Gestão Social

The Identity Perception of Apinayé How To Support Social Management

Miguel Pacífico Filho¹

Airton Cardoso Cançado²

Thelma Pontes Borges³

RESUMO

Discutiremos a Gestão Social a partir de pesquisa realizada com os índios Apinayé. O objetivo é analisar suas percepções em relação à manutenção de traços identitários. Os conceitos de tática e socialidade são o suporte para a visualização de conquista de espaços nas relações desse povo com a sociedade não indígena. Entrevistamos caciques, professores indígenas, pajés, integrantes de maior idade e indivíduos sem relação de liderança, através de entrevistas semi-dirigidas nas aldeias localizadas no município de Tocantinópolis, no extremo norte do Tocantins. Concluímos que o registro de percepções de mundo dos Apinayé fornece subsídios para a formulação de políticas públicas de acordo com as proposições da Gestão Social.

Palavras-chave: Gestão Social; Indígenas; Educação.

ABSTRACT

We will discuss Social Management from research conducted with the Indians Apinayé. The objective is to analyze their perceptions regarding the maintenance of identity features. The concepts of tactics and sociality are support for viewing conquest of spaces that people in relationships with non-indigenous society. We interviewed chiefs, indigenous teachers, shamans, elders and individuals without regard to leadership, through semi-structured interviews in the indigenous community located in the city of Tocantinópolis in the far north of Tocantins. We conclude that the record for the world of perceptions of Apinayé provides assistance for the formulation of public policies in accordance with the proposals of the Social Management.

Keywords: Social Management; Indigenous; Education.

¹ Professor Adjunto III da Universidade Federal do Tocantins. Curso de Gestão de Cooperativas. E-mail: miquilim01@terra.com.br.

² Professor Adjunto do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Administração pela UFPA e Mestre em Administração pela UFBA. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br.

³ Professora de Psicologia do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda em Psicologia pela USP, Mestre em Educação pela UNICAMP. E-mail: thelb@terra.com.br.

Agradecimentos ao Observatório da Educação Escolar Indígena - OBEDUC/CAPES/NEP 049/11395.

1. APRESENTANDO O OBJETO

A Gestão Social enquanto campo de conhecimento encontra-se atualmente em pleno processo de construção. Numa contextualização breve é possível dizer que tal processo consolida-se a passos largos sustentados por trabalhos originados a partir de centros de estudos como o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia CIAGS/UFBA, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul NIEPTS/UFRGS, o Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor da Universidade de São Paulo CEATS/USP; de Núcleos e Laboratórios de estudos como o Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins NESOL/UFT, o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará LIEGS/UFC; a Rede de Pesquisadores em Gestão Social e a partir de 2007 a criação do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, o ENAPEGS.

Igualmente conhecidos são os debates entre diversos pesquisadores objetivando a delimitação conceitual para a Gestão Social. Uma síntese das críticas, das defesas e das propostas em relação à definição do conceito para Gestão Social bem como alertas quanto à hierarquização tradicional acadêmica dentro de um campo cujas propostas estariam alicerçadas não nas partes, mas na interação entre as partes podem ser encontradas no trabalho de Cançado, Tenório e Pereira (2011).

Dentro desse quadro de incompletude é possível encontrar, paradoxalmente, afirmação que fornece o suporte inicial necessário ao desenvolvimento de nossa proposta. Referimo-nos aqui à afirmação tecida por uma reconhecida pesquisadora na área de Gestão Social. Segundo ela “a gestão social já conta com importantes avanços na construção de um arcabouço teórico-metodológico que a identifique melhor e promova a expansão de suas fronteiras” (BOULLOSA, apud CANÇADO, 2009, p.4). Tal afirmação possibilita a verificação das práticas cotidianas dos apinayé como fornecedora de dados para a formulação de políticas públicas desenvolvidas sob a premissa da gestão social. Nosso ponto de partida para essa verificação é o Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPES, edital lançado no ano de 2009 para o qual apresentamos proposta composta por três sub-propostas distintas e complementares. A mesma foi apresentada por uma equipe formada por um lingüista, uma psicóloga e um historiador, todos ligados à Universidade Federal do Tocantins. Cabe dizer que o objetivo desse edital era financiar projetos voltados à investigação de problemas envolvendo as diversas questões entorno da educação escolar indígena e nossa proposta aprovada, juntamente com outras 17 oriundas de Universidades Federais e seus objetos específicos de pesquisa, propôs estudar os índios Apinayé, localizados na região norte do Estado do Tocantins.

Buscamos, então, definição conceitual de Gestão Social que nos permita avaliar os resultados do trabalho, bem como fornecer sustentação para a verificação proposta acima. Encontramos em Tenório (2011) a seguinte definição “a gestão social deve ser baseada em um conteúdo de permanente promoção da cidadania em todas as esferas de decisão, públicas e privadas. As pessoas que serão afetadas pelas decisões devem participar delas. Assim, a sociedade deve ser o determinante da análise, o bem comum é a referência, a responsabilidade social é o compromisso, a república é o norte” (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011 p. 689). Devemos dizer que nosso trabalho de pesquisa procurou, em seus objetivos específicos, observar e ouvir dos componentes das sociedades Apinayé suas percepções e construções cotidianas cujo objetivo é a composição de uma resistência, nem sempre declarada, relacionada à manutenção de saberes e fazeres característicos de sua cultura.

Acreditamos que a exposição do desenvolvimento de nosso trabalho de pesquisa junto aos Apinayé, das opções teóricas que fizemos, da metodologia para a obtenção dos dados e conseqüente análise dos mesmos demonstra que foi possível ouvi-los, transformar suas percepções e fazeres cotidianos em ferramenta capaz de fornecer subsídios para o desenvolvimento e conseqüente aperfeiçoamento de

políticas públicas relacionadas ao tema da educação escolar indígena.

2. CONSTRUINDO UM CENÁRIO: O CAMPO DO OUTRO

Mesmo que consideremos as sucessivas políticas não oficiais de extermínio das populações indígenas levadas a cabo pelo Estado português e posteriormente pelo Estado brasileiro; procedimentos aos quais podemos nos referir ainda que anacronicamente como uma opção de gestão, é possível afirmar que o Brasil é um país composto por um número extremamente significativo de povos etnicamente diferenciados quer por suas línguas próprias, quer por seus fazeres e saberes, histórias e visões de mundo. De acordo com dados fornecidos pelo IBGE a população indígena brasileira atualmente conta com 896.900 pessoas, de 305 etnias, falantes de 274 línguas indígenas, segundo dados do Censo 2010. Constata-se que a população indígena no país cresceu 205% desde 1991, momento de realização do primeiro levantamento quando contabilizavam 294.000 indivíduos. As variações perceptíveis nesses dados constituem-se em perguntas para as quais diversos pesquisadores lançaram perguntas e o trabalho que ora se inicia e a exposição também pretendeu fornecer algumas respostas para tais questões.

Inúmeros são os problemas que, historicamente, envolvem estas populações, os indivíduos que as compõem e sua relação com as sociedades não indígenas. A percepção que significativas parcelas das populações não indígenas têm sobre as populações indígenas certamente é desencadeadora de diversas outras questões, abordadas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Tal interpretação, historicamente construída, estruturou-se a partir de referenciais fornecidos pela historiografia e pelas ciências jurídicas contribuindo para a formação de uma imagem atrelada ao atraso tecnológico e conseqüente inaptidão à nova realidade imposta pelos colonizadores europeus. Somente durante as três últimas décadas torna-se perceptível uma mudança de foco nos estudos que envolvem as populações indígenas. É dentro desse contexto que buscamos situar nosso trabalho. A perspectiva que busca visualizar as populações indígenas como agentes capazes de influenciar diretamente a construção de suas relações com a sociedade não indígena, capazes de mensurar a importância da manutenção de determinadas práticas sociais, referenciais atrelados a saberes e fazeres, as percepções de mundo e de práticas culturais.

Um breve histórico se faz necessário para situarmos nossa proposta dentro de um vasto campo de discussões que permeia diversos setores da academia. O entendimento que grande parte da sociedade brasileira tem dos povos indígenas, ainda nos dias de hoje, está baseada na idéia de sua inadequação ao trabalho escravo, sua indolência e impossibilidade de lidar com a nova realidade mercantil trazida pelos colonizadores. Em suma, está vinculada à sua incapacidade de influenciar historicamente os rumos da sociedade na qual foram inseridos. Podemos afirmar que tal compreensão encontrou, ao longo da história do Brasil, fundamentação em referenciais historiográficos e jurídicos. Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857) defendia em meados do século XIX, com sua História Geral do Brasil, a idéia de que as populações indígenas não tinham história; que seria possível tão somente fazer-lhes a etnografia. Notamos que tal interpretação encontra-se como sustentação de uma visão que só muito recentemente recebeu críticas no meio acadêmico. O código civil brasileiro de 1916 (Brasil, 1916) consolida a idéia de incapacidade ao propor a perspectiva de tutela das populações indígenas pelo estado brasileiro.

Os anos 80, com a multiplicação dos programas de pós-graduação em História pelas universidades brasileiras e sua conseqüente consolidação nos anos 90, trouxeram a construção de uma perspectiva diferente daquela em vigor, quer através de dissertações e teses, quer através de grupos de pesquisa voltados ao tema. A participação do indígena como agente histórico veio à tona através de diversos estudos que se utilizaram não só de novos métodos como de novas fontes de investigação. Como exemplo, podemos citar o Núcleo de História Indígena e Indigenismo (NHII) da Universidade de São

Paulo, fundado no ano de 1990. Também no ano de 1990 foi publicado o trabalho História Geral do Brasil, organizado pela professora Maria Yedda Linhares (1990), em cujo capítulo Conquista e Colonização da América Portuguesa o autor Francisco Carlos Teixeira da Silva nos diz o seguinte a respeito das práticas das populações indígenas, quando do processo de ocupação de seus territórios pelos portugueses:

As guerras, cruentas e exterminadoras, foram consequência direta da implantação agrícola do colono. A resistência indígena foi mais forte no Rio de Janeiro, a cargo dos tamoiós, e no nordeste, para onde convergiam inúmeras nações, opondo-se duramente à penetração européia (TEIXEIRA, 1990, p.66).

Outros fatores também influenciaram na construção dessa nova forma de interpretação:

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 multiplicam-se as organizações governamentais e não-governamentais de apoio aos índios. Nasce também a primeira organização indígena de âmbito nacional, a (UNI), a partir da qual se formam outras organizações regionais ou étnicas. São freqüentes os “Encontros de Educação Indígena”. Foram escritos muitos documentos desses encontros, com reivindicações por escolas diferenciadas e Declarações de Princípios (ALBUQUERQUE apud MARFAN, 2003, p.46).

É possível apontar também uma série de estudos que corroboram nossa proposta; para outras regiões do país e outros povos indígenas preocupações semelhantes são temas de pesquisas, entre as quais, citamos o seguinte trecho:

Neste sentido, a partir do caso terena, pretendemos ver como se dão os processos de resistência étnica diante das diversas formas de dominação que diferentes setores da sociedade brasileira e o Estado exercem sobre os povos indígenas. A análise da relação entre as formas de poder exercidas sobre as populações indígenas caminha assim lado a lado com a reflexão acerca das formas de resistência construídas pelos próprios grupos indígenas como estratégia de sobrevivência e fortalecimento. Mas também consideramos as formas de dominação operantes dentro dos próprios grupos indígenas. Uma história Terena é necessária e também uma compreensão da história dos pontos de vistas indígenas (FERREIRA, 2007, p.19).

Tão recente quanto os estudos acima apontados, podemos destacar sem qualquer sombra de dúvida, a questão da educação escolar indígena. Atualmente o tema é objeto de estudo de pesquisadores com formação nas mais diversas áreas e, como exemplo, podemos citar o grupo de antropólogos e educadores cujos trabalhos foram organizados por Maria Aparecida Bergamschi (2008) e os trabalhos do linguísta-indigenista Wilmar da Rocha D’Angelis (2007). Inserido nesse contexto, o presente trabalho é resultado de dois fatores determinantes.

O primeiro deles diz respeito à localização geográfica da instituição que originou esta proposta de pesquisa. A Universidade Federal do Tocantins está situada geograficamente em local de forte presença de povos indígenas. O campus dessa mesma Universidade, no qual se desenvolve a pesquisa que ora discutimos, situa-se na cidade de Araguaína e encontra-se próximo de povos como os Krahô, os Krikati, os Karajá e os Apinayé. Estes últimos foram selecionados como objeto dessa pesquisa e concentramos os

esforços de investigação nas aldeias Mariazinha e São José. Cabe dizer que nosso critério de escolha baseou-se, entre outros fatores, nos baixíssimos resultados apresentados por uma das escolas localizadas entre os Apinayé no Enem de 2008.

O segundo diz respeito ao trabalho de pesquisa que desenvolvemos, e aqui demonstramos os resultados. Arelada a um contexto investigativo mais amplo, a saber, às outras duas pesquisas que compõem a proposta aprovada no Edital n.º 001/2009 do Observatório da Educação Escolar Indígena; podemos dizer que nosso objetivo primeiro foi fornecer subsídios para uma educação escolar bilíngüe e intercultural.

Faremos agora a exposição da estrutura desenvolvida, a partir desse ponto, para dar cabo das discussões levantadas até aqui. Em primeiro lugar, demonstraremos uma breve contextualização da história das sociedades Apinayé. Em segundo lugar, discutiremos nossos referenciais teóricos buscando dialogar com outros estudos, com objetivos semelhantes, e suas respectivas opções teóricas. Em terceiro e último lugar, apresentaremos a metodologia proposta para a obtenção e análise das informações obtidas durante o trabalho de pesquisa.

3. OS APINAYÉ: INFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

Para contextualizar historicamente os apinayé, recorreremos a uma recapitulação que busca não apenas apontar seus traços identitários mas sobretudo expor como foram retratados pelos pesquisadores que se dedicaram a estudar suas mais diversas características. A partir de diferentes pontos de vista narrativos, científicos, teóricos e metodológicos, viajantes, antropólogos e lingüistas se dedicaram à observação e estudo das sociedades Apinayé. Citaremos quatro nomes que, não necessariamente nessa ordem, fornecem-nos subsídios para a contextualização das populações apinayé: Curt Nimuendaju, Roberto da Matta, Odair Giralдин e Francisco Edvigés Albuquerque; os dois últimos professores-pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins. Além desses pesquisadores, devemos também mencionar a presença de viajantes que, durante o século XIX, fizeram registros significativos das diversas características dos povos que aqui viviam.

Pode-se afirmar que um dos primeiros contatos dos apinayé com a sociedade não indígena se deu com os viajantes, e o naturalista inglês Francis de La Porte de Castelnau (2000) registra esses momentos em sua obra *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul, de 1844*. Citado por Nimuendaju (1983, p.3), *“Castelnau, em 1844, também menciona plusieurs pirogues no porto dos Apinayé, no Rio Araguaia”*.

As relações conflituosas entre os Apinayé e as populações não indígenas são também mencionadas por Nimunedaju:

A partir de 1707 entraram os apinayé em contato permanente com os civilizados. Neste ano o governo do Pará fundou na boca do Araguaia o posto militar de São João das Duas Barras (hoje São João do Araguaia). Porém ao invés de se estabelecer uma paz permanente, começaram desde logo lutas sangrentas entre os Apinayé e a guarnição do posto. Silva e Sousa relatam que os apinayé mantiveram-se em paz, mas ao encontrarem alguns soldados da guarnição destruindo suas plantações, os mataram, sendo então as suas aldeias cercadas e destruídas com auxílio de peças de artilharia (NIMEUENDAJU, 1983, p.3)

Roberto da Matta, que num dado momento de suas pesquisas se dedicou profundamente a estudar os apinayé e suas relações com as sociedades não indígenas, também destaca a natureza desses contatos. Segundo ele, as questões envolvendo a disputa pela terra teriam influenciado significativamente a

estruturação das sociedades apinayé. Para Da Matta (1976) os problemas envolvendo controle e ocupação das regiões beneficiadas pelos Rios Araguaia e Tocantins com a finalidade de ampliação das fronteiras destinadas a bovinocultura impôs às populações apinayé questões envolvendo fazendeiros, posseiros e meeiros.

Envolto num contexto de ocupação de terras proposto pelo Regime Militar, os apinayé viram suas terras transformar-se em palco involuntário de uma das maiores disputas por terras já vistas pela sociedade brasileira bem como a repressão a um dos mais destacados movimentos de oposição ao regime militar. Segundo Oliveira,

Zona de confluência dos rios Araguaia – Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, o Bico do Papagaio nas décadas de 1960/70 do século passado foi porta de entrada para toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o Regime Militar (1964-1985). Não obstante, a questão fundiária, era um problema de segurança nacional [...] estava em curso um projeto que não considerava a realidade sócio cultural da maioria da população do Bico do Papagaio, um “espaço vazio” a ser explorado por homens e mulheres da cidade (OLIVEIRA, 2008, p.1).

É nesse contexto que se situa nosso objeto de pesquisa. Certamente influenciada por toda essa gama de acontecimentos, as populações apinayé possuem sua visão própria de todos esses fatos. Como lidar com eles? Haveria algum grau de aproximação possível com tais acontecimentos? Quais os mecanismos e visões de mundo construídos pelos apinayé para lidar com esse contexto?

4. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Situamos nossa proposta dentro do campo de estudos históricos conhecido como história do cotidiano que, grosso modo, pode ser assim compreendido:

Em termos bem gerais, os estudos sobre cotidiano tendem a valorizar, como foco de atenção, as ações individuais frente às circunstâncias da vida, sobretudo no plano da intersubjetividade. Para alguns, importam menos as “estruturas do cotidiano” que os tipos de ação observados em seu interior (GUARINELLO, 2004, p.32).

Noções de resistência observadas a partir de ações cotidianas dos sujeitos históricos podem ser interpretadas à luz de trabalhos desenvolvidos por autores como Michel de Certeau (1994) e Michel Maffesoli (2001) que ora passam a ser, através de determinados conceitos que propuseram, a sustentação teórica para abordagem que apresentamos. Discutiremos então, os conceitos de tática e socialidade e a forma como serão empregados.

Não por acaso selecionamos nosso referencial teórico. Podemos dizer que a percepção dos povos indígenas sobre seu atual posicionamento na sociedade brasileira nos levou a cogitar a possibilidade de visualizar suas práticas cotidianas de resistência. Ailton Krenak, destacada liderança indígena e coordenador da Rede Povos da Floresta assim percebe a situação dos povos indígenas no Brasil:

Nós estamos assistindo de uma maneira imperativa, participando nem sempre de uma

maneira que resulte para nós em conquistas efetivas. Muitas vezes a gente participa desse processo mais como vítima – é ruim adotar essa condição – mas, na maioria das vezes, as comunidades indígenas estão à margem do processo de decisão e sofrendo a vitimação movida por uma cultura. Eu estou fazendo essa referência um pouco incisiva no aspecto do conflito de territórios de um povo e ocupação desse território por uma outra tradição, por uma outra maneira de viver, por uma outra forma de expressar uma cultura. Estou procurando com isso iluminar este passado recente, pois acho importante que nós nos esforcemos daqui para frente no sentido de reconhecer que o que sobreviveu destas culturas à revelia, longe do esforço do Estado ou da sociedade regional em proteger, respeitar, preservar ou, qualquer coisa que tenha semelhança com solidariedade, merece respeito e deverá ser reconhecido (KRENAK, 1992, p.202).

Fica explícita tanto a consciência de todo um conjunto de práticas culturais que sobreviveu sem mecanismos de proteção do Estado quanto à compreensão de que não muito dessa cultura restou. As perguntas que fazemos são sustentadas por essa percepção: quais os mecanismos utilizados por esses povos para resistir e preservar traços culturais? Quais procedimentos cotidianos foram adotados para fazer frente a essa imposição de outras visões de mundo? Diversas perguntas são feitas acerca desse processo histórico, segundo Bessa Freire:

Qual a versão da sociedade brasileira, por exemplo, sobre o embate histórico da conquista e de todo o processo de contato? Em que contexto, sob quais condições e com base em quais fontes foi produzido esse saber? Em que medida a difusão de um conhecimento assim produzido contribui para uma relação positiva dos índios com a sociedade nacional ou reforça preconceitos discriminatórios? Qual a contribuição indígena para a formação da identidade nacional? Afinal, o que é que a atual sociedade brasileira sabe sobre as experiências passadas dos povos que habitaram milenarmente seu território? Como reconstruir a história de sociedade sem escrita? (BESSA FREIRE, 2010, p.4)

Os dois autores que utilizamos como suporte teórico têm suas proposições acerca do cotidiano entendidas por nós como complementares, pois enquanto De Certeau (1994) se preocupa com os procedimentos dos sujeitos dentro do território do outro, Maffesoli (2001) demonstra como esses mesmos sujeitos colaboram de maneira furtiva dentro das condições impostas pelo outro com o objetivo de construção de espaços próprios.

Vejamos os conceitos utilizados. Michel De Certeau (1994) propõe a tática como procedimento adotado por aqueles que necessitam operacionalizar o jogo cotidiano dentro de referenciais estabelecidos pelo outro, dentro de determinados padrões que não raro lhes são estranhos. Sabe-se que, atualmente, muitos povos indígenas vivem em permanente contato com a sociedade não indígena. Para observar as diversas nuances dessa relação e, conseqüentemente nela verificar as resistências cotidianas, buscaremos as proposições de De Certeau (1994). Assim ele estrutura e expõe aquilo que entende como tática:

um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo,

vigiando para captar no vôo possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Em constantemente que jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões. Sem Cesar o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas (DE CERTAU, 1994, p.78).

Uma outra possibilidade de observação encontra-se no conceito de socialidade proposto por Michel Maffesoli (2001). Este autor nos expõe os mecanismos através dos quais aqueles que, em desvantagem no jogo social, assimilam parcial e aparentemente determinados valores somente para efetuar pequenas trapaças em relação àquilo que traz o traço do controle social. Na construção de seu cotidiano e conseqüentemente na aproximação com práticas e percepções de mundo divergentes das suas, os apinayé constroem maneiras de lidar com o outro e lhe observar as práticas. Buscamos nas proposições de Maffesoli (2001) ferramentas para dimensionar características dessa aproximação. Particularmente trabalhamos o conceito de socialidade:

Tudo a que chamamos a socialidade está resumida numa fórmula: pratica-se o sistema D em relação a tudo o que parece exterior, seja o oficial ou o dominante, e, ao mesmo tempo, se é firmemente fiel aos valores do grupo ou da rede. A lealdade ao local admite muito bem pequenas trapaças em relação a tudo o que traz o controle social, da ajuda pública, do trabalho, da propriedade privada ou pública (MAFFESOLI, 2001, p.61).

5. AS ALDEIAS APINAYÉ MARIAZINHA E SÃO JOSÉ: SELEÇÃO DE INFORMANTES E OBTENÇÃO DE DADOS

Estruturamos a metodologia de pesquisa objetivando observar não somente através da fala de membros das aldeias, mas também seus comportamentos dentro das questões cotidianas que se apresentavam. Realizamos quatro visitas à aldeia São José e quatro visitas à aldeia Mariazinha, com permanência de uma semana em cada uma das visitas, durante as quais desenvolvemos procedimentos de seleção de informantes e coleta de dados. Buscamos referenciais em vários setores da organização social das aldeias. Autoridades políticas, como os caciques e vice-caciques, professores indígenas e indivíduos sem qualquer destaque político, religioso ou educacional. Foram realizadas entrevistas de aproximadamente 60 minutos com cada um dos selecionados e procuramos, dentro do tempo em que permanecemos nas aldeias, observar as atitudes cotidianas desses mesmos sujeitos.

Os objetivos dizem respeito à busca de interpretação de formas cotidianas de resistência e da percepção dos apinayé acerca das questões envolvendo a relação entre estes e a população não indígena. A resistência interpretada como atos de conquista de um dia a dia que deve ser vivido e que, na percepção de Michel Maffesoli (2001), deve passar pela chamada conquista do presente.

Obtivemos, nas entrevistas e observações, respostas que nos possibilitam realizar uma série de discussões acerca daquilo que propusemos como objeto de pesquisa. Nas respostas dadas por um vice-cacique da aldeia São José, é possível visualizarmos um pouco da visão dos apinayé sobre essas questões. Questionado acerca da relação estabelecida entre a cultura apinayé e as práticas não indígenas, nos mencionou a preocupação com a compreensão e manuseio de referenciais de origem externa. Disse-nos ainda que há uma inegável importância no aprendizado de referenciais não índios, que são necessários para um melhor viver. No entanto, prossegue:

É preciso haver um cuidado para que esses referenciais não subjuguem os dos indígenas, que sirvam somente como uma ponte para as relações que devem se estabelecer entre índios e não índios (vice-cacique).

A percepção de que há a necessidade de compreensão e utilização de determinados mecanismos utilizados pelas sociedades não indígenas bem como o conhecimento de um passado marcado por conflitos expõem a ampla capacidade de visualização das questões envolvendo o processo de relação entre índios e não índios. Diz o vice-cacique:

Antigamente os mais velhos sempre lutavam e brigavam através das burdunas, arco e flecha, mas hoje não. Nós jovens sempre brigamos através da caneta, e hoje esse mundo muito tecnológico, avançado, nós temos que acompanhar essa tecnologia avançada (vice-cacique).

Entendimento oposto ao verificado acima podemos encontrar nas palavras de um dos mais velhos habitantes da aldeia São José. Segundo ele, as práticas não indígenas exerceram tal poder de influência entre os apinayé que tornaram-se elementos de desconfiguração de seus hábitos. Diz ele:

A questão da cultura é o seguinte os novos não querem mais saber é por isso que eu tava brigando com os caciques, que os caciques que entraram não interessam também de ativar a rapaziada, a mãe e o pai das pessoas, que é para cantar no pátio, porque fizemos uma festa aí no dia do índio, aí os mais novos não querem porque vocês já ensinaram a cultura de vocês para eles, aí eles querem acompanhar a cultura de vocês, eles não querem acompanhara a nossa cultura, eu tava cantando para um vizinho que se acabou, a eu disse que quando os mais velhos se acabar, acaba tudo, vocês não sabem nem mais a cultura de vocês, as cantigas de vocês, vocês vão ficar aí que nem os Carajá [...] (idoso).

Essa descontinuidade é igualmente verificada nas palavras de uma das professoras indígenas da aldeia São José. No entanto, há a percepção de que o papel exercido pela escola pode auxiliar no estancamento e reversão desse processo. Segundo ela:

A cultura já está enfraquecendo porque quando acontece alguma festa os mais velhos é que participam, os jovens não estão nem aí, alguns jovens participam, por isso é que nós estamos querendo incentivar as crianças para aprender mais, porque assim se os professores não ensinar acaba, senão, não vão participar das festas culturais (professora indígena).

De acordo com o entendimento do diretor da escola da aldeia São José tal aproximação entre os apinayé e as sociedades não indígenas não ocorre livre de qualquer tensão. Percebe-se que ela carrega vestígios daquele passado conhecido e apontado por um dos informantes anteriormente citados. Perguntado sobre a relação dos apinayé com a sociedade não índia e suas conseqüências para a manutenção de traços identitários, nos demonstrou plena capacidade de contextualizar o atual estágio dessas relações com o seu *continuum* histórico. É possível também verificarmos a percepção de que houve um processo de

quase desaparecimento de muito daquilo que os define como apinayé. O diretor nos diz o seguinte:

Sempre tem conflito, através da discriminação, preconceitos sempre existe. Interfere porque vemos que todas as aldeias tem energia, tem televisão, tem o som, então com isso interfere na cultura, por isso, a escola está buscando resgatar o pouco que restou, para não perder. Porque se ficar só na televisão, DVD, assistindo só essas coisas, perde a cultura, perde a língua (diretor da escola- indígena).

Referenciais externos são vistos, a partir de sua utilização exclusiva, como algo desestruturador. A necessidade permanente de posicionamento combativo junto às estruturas políticas não indígenas e o conhecimento de sua dinâmica de funcionamento são perceptíveis na fala do vice-cacique da aldeia Mariazinha e conselheiro de educação escolar indígena do estado do Tocantins, representante da área da apinayé. Questionado sobre a atuação da gestão política não indígena acerca das escolas, nos disse o seguinte:

Sempre eu fui lutador, comecei jovem e até essa idade eu estou lutando. Sou conselheiro de educação escolar indígena do estado do Tocantins, representando essa área apinayé. Sempre busquei muito alguma forma de melhoria também na qualidade da escola, então é por isso que a gente luta, por que hoje sempre muda principalmente os políticos que mandam; os governantes que manda nesse país. Então a gente sempre luta, a gente cobra para o bem da escola e da comunidade, também pela partes dos governantes eles têm que sempre olhar para a escola indígena (vice-cacique).

A percepção de que a escola é uma importante ferramenta não indígena capaz de auxiliar os apinayé na concretização de suas visões de mundo bem como na equalização de sua relação com a sociedade externa surge nas palavras de uma das professoras apinayé:

É importante que a escola vá para a frente para não acabar, de primeiro não tinha nem professor índio que ensinava a língua, mas agora já tem professor que está ensinando a língua, eu acho importante eles aprenderem a língua para não acabar (professora indígena).

A escola é entendida como local de transmissão e continuidade para a língua apinayé considerando que a apropriação de seu espaço, através da figura do professor indígena, permitiria direcionar seu uso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa permanência nas aldeias apinayé, pudemos colher diferentes posicionamentos de seus integrantes no que diz respeito às nossas indagações, o que fica explícito nas falas apresentadas no tópico anterior. Porém, é possível traçar um fio condutor que se faz presente nas respostas dadas pelos sujeitos, formado por quatro referenciais, presentes em praticamente todas as falas. O primeiro deles diz respeito ao entendimento de que muitos dos traços definidores dos apinayé foram substituídos por práticas alheias. Segundo: a necessidade de apropriação de elementos externos à cultura apinayé e seu correto manuseio, a fim de que venham a ser utilizados em favor de suas visões de mundo. Devemos

destacar que a escola faz parte desse conjunto de referenciais externos. Terceiro: a identificação de agentes externos responsáveis pela descontinuidade de muitas das práticas sociais dos apinayé. Quarto: o entendimento de que há a necessidade de permanência de determinados traços identitários, sendo a língua o suporte principal.

É fato presente na quase totalidade dos estudos que se dedicam às populações indígenas perguntas formuladas a partir de preocupações cujas respostas integrarão e definirão um devir, em que a concretização depende de variáveis históricas e sua herança vem sendo apropriada e alterada, em maior ou menor grau, pelas diversas populações indígenas do Brasil. Questões populacionais, educacionais, lingüísticas, estruturação social e relações parentais são exemplos freqüentes. Optamos por uma outra via, por perguntas cujas respostas devem ser construídas dia a dia. Interessamos-nos pela construção do cotidiano dessas populações, por respostas que devem ser formuladas, permanentemente reformuladas e dadas às diversas situações do presente. Resistir? Flexibilizar? Assimilar? Pelo que pudemos verificar, suas ações cotidianas são construídas a partir de diferentes gradações dessas variáveis e o devir de suas sociedades será fortemente influenciado por essas ações.

Os resultados obtidos a partir do trabalho de pesquisa exposto nos permitem afirmar que se abriu a possibilidade de obter as percepções dos integrantes das sociedades apinayé no que diz respeito a suas relações com as populações não-indígenas. Como resultado do desenvolvimento da proposta aprovada junto ao Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPEs foram publicados três conjuntos de informações acerca daquelas sociedades, enumerados e detalhados a seguir:

- 1 – Livro intitulado *A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural* composto por 10 capítulos de autoria de professores-pesquisadores das áreas de História, Linguística, Matemática e Psicologia; de alunos de graduação envolvidos nas atividades de iniciação científica geradas pelo projeto e por alunos do mestrado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins.
- 2 – Gramática Pedagógica da Língua Apinayé. Importante instrumento didático no auxílio da educação escolar indígena, oferece suporte na alfabetização na língua materna dos apinayé.
- 3 – Vídeo Documentário “Relato e Experiências”. Traz o registro em vídeo dos diversos momentos em que permanecemos nas aldeias bem como momentos que geraram situações que viabilizaram a coleta dos dados que forneceram subsídios para a estruturação do material publicado pelos pesquisadores envolvidos.

Consideramos que os resultados finais, materializados através dos conteúdos explicitados, contemplam dados relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas para a formulação e aperfeiçoamento da educação escolar indígena no Brasil e particularmente para a população apinayé. Ao retomarmos as propostas de Tenório (2011) para definição conceitual de Gestão Social podemos concluir que o Edital público para o Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPEs) pode ser entendido e qualificado como fornecedor de elementos para o desenvolvimento de políticas públicas pautadas pela Gestão Social uma vez que, parafraseando Tenório (2011) as pessoas que serão afetadas pelas decisões, as determinações que envolvem as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena, se fizeram ouvir a partir do fomento e suporte à investigação de suas percepções. Assim, a sociedade pôde tornar-se o determinante da análise possibilitando o bem comum como referência e a responsabilidade social como compromisso de uma Agência de Pesquisa.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Francisco E. **Contribuições da fonologia ao processo de educação indígena apinayé**. Tese (Doutorado no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense), Rio de Janeiro, 2007.
- ALBUQUERQUE, J.G. O papel da antropologia, da lingüística e da pedagogia na educação escolar indígena. In: MARFAN, M. (org.) **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação indígena**. Brasília, MEC/SEF, 2002.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.) **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- BESSA FREIRE, José R. **O ensino de etnohistória**. Disponível em: <<http://www.proindio.uerj.br/proens.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- BRASIL. **Código Civil Brasileira**. Rio de Janeiro, 1916.
- CANÇADO, Airton C; TENÓRIO, Fernando G.; PEREIRA, José Roberto. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. In: **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v.9, n.º3, artigo 1, set.2011.
- CASTELNAU, Francis de Laporte. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Itatiaia, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Manuela C. Da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Manuela C. da (org.). **Histórias dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios apinayé**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?** Campinas: Curt Nimuendajú, 2007.
- DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e resistência indígena**. Tese de Doutorado. UFRJ/MN-PPGAS, Rio de Janeiro, 2007.
- GIRALDIN, Odair. **Axpên pyràk: história cosmológica, onomástica e amizade formal apinayé**. Tese (Doutorado em Antropologia – UNICAMP), Campinas, 2000.
- GIRALDIN, Odair. Um mundo unificado: cosmologia, vida e mote entre os apinayé. In: **Campos – Revista de Antropologia Social**, 2001, n.º1, pp31-46
- GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira História**. 2004, vol. 24, n.º48, PP.13-38.
- KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: Novaes, Adauto (org.) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LINHARES, Maria Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana**. Natal: Argos, 2001.
- MARFAN, M. (org.) **Congresso Brasileiro de qualidade na educação: formação de professores: educação indígena**. Brasília, MEC/SEF, 2002.
- MATO GROSSO. **Projeto Tucum. Histórias Xavante**. Mato Grosso: SEPLAN/Governo do estado do

Mato Grosso, 1999.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983. Digitalizado pelo Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas da Universidade Federal do Tocantins. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L.D. (org.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. Conquista e colonização da América Portuguesa: o Brasil colônia 1500-1750. In: LINHARES, Maria Y. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C.; FERREIRA, M.K.L. (org.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.** São Paulo: Global, 2001.

VARNHAGEN, Francisco A. de. **História Geral do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1948.